



**DELIBERAÇÕES TOMADAS NO
PLENÁRIO DE 04-07-2023
Nota Informativa**





DELIBERAÇÕES TOMADAS NO PLENÁRIO DE 04-07-2023
Nota Informativa

Na Sessão de Plenário Ordinário de 04-07-2023 estiveram presentes:

PRESIDENTE - Juiz Conselheiro Dr. Henrique Luís de Brito de Araújo

VICE-PRESIDENTE - Juiz Conselheiro Dr. Luís Miguel Ferreira de Azevedo Mendes

VOGAIS INDICADOS PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA – Juíza Conselheira Dra. Graça Maria Lima de Figueiredo Amaral

VOGAIS ELEITOS PELA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA – Prof. Doutor António Alberto Vieira Cura; Dr. José Manuel Morbey de Almeida Mesquita; Prof^a. Doutora Inês Vieira da Silva Ferreira Leite; Dra. Telma Solange Silva Carvalho

VOGAIS ELEITOS PELOS MAGISTRADOS JUDICIAIS – Juíza Desembargadora Dra. Ana Isabel de Azeredo Rodrigues Coelho Fernandes da Silva; Juiz Desembargador Dr. Filipe Manuel Nunes Caroço; Juiz de Direito Dr. Tiago Rafael da Silva Moura Pires Pereira; Juíza de Direito Dra. Rita Fabiana de Figueiredo e Castro da Mota Soares; Juiz de Direito Dr. Júlio Gantes Gonçalves da Costa; Juíza de Direito Dra. Raquel Patrícia Rocha de Matos Rolo

JUÍZA SECRETÁRIA- Juíza de Direito Ana Cristina Dias Chambel Matias

FUNCIONÁRIOS – José António Carvalho Martins; José Martins Cordeiro

*



DELIBERAÇÕES TOMADAS NO PLENÁRIO DE 04-07-2023

Nota Informativa

Na Sessão de Plenário de 04/07/2023, com início pelas 10h15m, o Conselho Superior da Magistratura tomou as seguintes deliberações:

*

1 - Foi deliberado por unanimidade nos termos do disposto no artigo 61.º, n.º 2, alínea h) e 62.º n.º 1 do Estatuto dos Magistrados Judiciais e artigo 2.º do Regulamento da Assessoria no Supremo Tribunal de Justiça, autorizar a renovação das comissões de serviço dos Exmos. Senhores Juízes Assessores do Supremo Tribunal de Justiça Dr. Rui Miguel Fonseca Machado, Dra. Ana Luísa Cavaco Dias de Castro e Dra. Raquel de Sousa Lima Galvão, pelo período de um ano, com efeitos a 01 de setembro de 2023.

2 - Foi deliberado por unanimidade, nos termos do disposto no artigo 86.º, n.º 1 e 3, da lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro, autorizar a renovação da designação como formadores nos tribunais, por um período de três anos, com efeitos retroativos à data em que a mesma cessou, dos seguintes Juízes de Direito abaixo indicados:

Ana Cristina Rosa Teixeira da Cruz;
Bruno Miguel Pinto Lopes;
Carla Cristina Ribeiro Mendonça;
Elsa Cristina Caseiro Duarte Abrantes;
Francisco José Ferreira Gorgulho;
Francisco José Damásio Onofre Mourato;
Isabel Mafalda Ferreira Cortez;
Maria Manuela Miranda Flores e Gomes;
Miguel Nuno Galiza Carneiro Aranda Monteiro;
Olga da Conceição Félix Alonso Marçal;
Paulo José Pereira Neves Fernandes;
Rafaela Diana Coelho dos Santos Bastos;
Sara Cunha de Melo Marques;
Telmo José Macedo Alves.

3 - Foi deliberado por unanimidade no âmbito da competência do Conselho Superior da Magistratura, prevista na alínea j) do artigo 149.º do Estatuto dos Magistrados Judiciais e na alínea c) do artigo 162.º da Lei de Organização do Sistema Judiciário, aprovar o projeto de proposta de



DELIBERAÇÕES TOMADAS NO PLENÁRIO DE 04-07-2023

Nota Informativa

alteração da Lei n.º 34/2009 de 14 de julho, com as alterações sugeridas pela Exma. Senhora Juíza Desembargadora Dra. Ana de Azeredo Coelho, relativamente às alíneas a) e b) do art.º 23.º do mesmo e pelo Exmo. Senhor Prof. Doutor António Vieira Cura, que aprova o regime jurídico aplicável ao tratamento de dados referentes ao sistema judicial, que aqui se dá por integralmente reproduzido.

4 - Foi deliberado por unanimidade concordar e aprovar a proposta de criação do Serviço de Apoio à Proteção de Dados que aqui se dá por integralmente reproduzida, e aceitar a cessação da comissão de serviço como Adjunta do Gabinete de Apoio ao Vice-Presidente e Membros do CSM da Senhora Juíza de Direito, Dra. Ana Sofia Bastos Wengorovius, com efeitos a 31 de agosto de 2023, mantendo a mesma as funções de Encarregada de Proteção de Dados (EPD) por cujo tratamento é responsável o CSM, as quais serão exercidas em regime de exclusividade em relação ao seu lugar de origem.

5 - Foi deliberado por unanimidade que este Plenário do Conselho Superior da Magistratura proponha a Sua Excelência o Senhor Conselheiro Presidente a nomeação em comissão de serviço, do Senhor Juiz de Direito Dr. Ruben Jorge Marques Morais de Oliveira Juvandes como adjunto do GAVPM, com efeitos a 1 de setembro de 2023.

6 - Foi deliberado por maioria aprovar o parecer do Júri que se reporta o art.º 52.º, n.º 1, do Estatuto dos Magistrados Judiciais, quanto aos candidatos a que se refere os n.ºs 2 e 3, alíneas a) e b) do art.º 51.º do E.M.J., e que se apresentaram ao XVII Concurso Curricular de Acesso ao Supremo Tribunal de Justiça.

7 - Foi deliberado por maioria aprovar o projeto de deliberação do Exmo. Senhor Dr. Barradas Leitão, que contém o seguinte trecho decisório: *“deliberam no Plenário do Conselho Superior da Magistratura aplicar à Senhora Desembargadora ---- a **sanção de “advertência” (registada)**, pela prática de uma infração disciplinar continuada, por violação do dever funcional de diligência - cfr. artigos 7.º-C, 82.º, 91.º, n.ºs 1, al. a), e n.º 2 e 92.º do referido Estatuto.”*

8 - Foi deliberado por unanimidade aprovar e concordar com a agenda para o XVII Encontro Anual CSM, a ter lugar nos dias 26 e 27 de outubro, na cidade da Covilhã.

9 - Foi deliberado por unanimidade proceder à renovação da comissão de serviço do Exmo. Senhor Juiz de Direito Dr. Filipe Duarte Freitas Câmara, nos termos do artigo 93.º, da Lei da Organização



DELIBERAÇÕES TOMADAS NO PLENÁRIO DE 04-07-2023

Nota Informativa

do Sistema Judiciário, n.º 62/2013, de 26 de Agosto, alterada pela Lei n.º 77/2021, de 23 de Novembro, por igual período de três anos, atenta a avaliação favorável deste Conselho Superior da Magistratura, depois de ter sido ponderado o exercício dos poderes de gestão e os resultados obtidos na comarca da Madeira, com efeitos a 01 de setembro de 2023.

10 - Foi deliberado por maioria proceder à renovação da comissão de serviço nos termos do disposto no artigo 63.º, n.º 1 do Estatuto dos Magistrados Judiciais e 28.º do Regulamento dos Serviços de Inspeção, do Exmo. Senhor Inspetor Judicial Juiz Desembargador do Tribunal da Relação de -----, Dr. -----, na XXª área, excecionalmente, por relevante interesse público, por mais um ano.

11 - Foi deliberado por maioria julgar procedente a reclamação apresentada uma vez que o sistema informático permitiu que o Sr. Juiz de Direito Dr. Diogo António Galvão de Noronha dos Santos Serra concorresse para o seu próprio lugar, ignorando no processamento essa opção e colocando o Sr. Juiz de Direito em opções posteriores a essa e, em consequência, determina-se a reformulação do movimento judicial ordinário.

Relativamente às reclamações apresentadas pelos Exmos. Srs. Juízes de Direito Dr. Rui André da Costa Vaz de Carvalho, Dra. Maria Beatriz de Castro Tavares Monteiro Pacheco, Dra. Vera Lisa Correia de Bastos, Dra. Débora Santa Maria Marques, Dra. Catarina Maria Borges Costa de Brandão Proença e Dra. Ana Paula Gonzaga Gomes Cardoso de Albuquerque, foi deliberado por unanimidade concordar com as propostas de deliberação referentes às mesmas, que aqui se dão por integralmente reproduzidas.

Apreciado e aprovado por unanimidade o Projeto Final de Movimento Judicial Ordinário de 2023, tal como publicitado em 12 de junho de 2023 relativamente aos Tribunais da Relação e ainda o ora reformulado e publicitado no dia de hoje, relativamente à 1ª instância.

12 - Foi deliberado por unanimidade aprovar o projeto de deliberação da Exma. Senhora Juíza Desembargadora Dra. Ana de Azeredo Coelho, que contém o seguinte trecho decisório: *“o Conselho Superior da Magistratura **delibera sobrestar** na atribuição de classificação e ordenar a realização de inspeção complementar ao serviço prestado pelo senhor Juiz de Direito --- que abranja o período entre 15 de janeiro de 2021 e a data da execução desta decisão.”*

13 - Foi deliberado por maioria aprovar o projeto de deliberação da Exma. Senhora Juíza Desembargadora Dra. Ana de Azeredo Coelho, que contém o seguinte trecho decisório: *“o Conselho Plenário do Conselho Superior da Magistratura delibera julgar improcedente a impugnação e manter a notação de “Bom” atribuída pelo Conselho Permanente, Secção dos Assuntos Inspetivos e Disciplinares,*



DELIBERAÇÕES TOMADAS NO PLENÁRIO DE 04-07-2023

Nota Informativa

relativamente ao serviço prestado pela senhora Juíza de Direito Maria Emília Nunes Charro no Juízo Local Cível de Lisboa, Juiz 22, no período decorrido entre 1 de janeiro de 2019 a 31 de maio de 2022."

14 - Foi deliberado por unanimidade aprovar o projeto de deliberação do Exmo. Senhor Dr. Tiago Pereira, que contém o seguinte trecho decisório: *"o Plenário do Conselho Superior da Magistratura delibera, na improcedência da impugnação apresentada, manter à Excelentíssima Senhora Juíza de Direito Dra. Virgínia Maria Correia Martins Barreira Fernandes, pelo serviço prestado no período compreendido entre 01.09.2019 e 01.10.2021, a classificação de "Suficiente".*

15 - Foi deliberado por unanimidade aprovar o projeto de deliberação do Exmo. Senhor Prof. Doutor António Vieira Cura, que contém o seguinte trecho decisório: *"delibera o Plenário do Conselho Superior da Magistratura considerar procedente a impugnação da deliberação tomada pela Secção de Assuntos Inspecivos e Disciplinares na sua reunião de 28-02-2023, que atribuiu ao Senhor Juiz de Direito Dr. António Pedro Valente Rodrigues de Castro Peniche a classificação de «Suficiente» pelo serviço prestado no período que decorreu entre 24-04-2017 e 25-03-2022, e alterar a classificação atribuída ao Impugnante para «Bom»."*

16 - Foi deliberado por unanimidade concordar com o projeto elaborado pelo Exmo. Senhor Dr. José Manuel Mesquita de arquivamento do processo disciplinar, que aqui se dá por integralmente reproduzido.

17 - Foi deliberado por maioria não aprovar o projeto do Exmo. Sr. Dr. José Manuel Mesquita e aplicar a sanção de multa de seis remunerações base diárias, determinando-se a remessa dos autos à distribuição para elaboração do projeto de decisão nesse sentido a apresentar na próxima sessão do plenário.

18 - Foi deliberado por maioria não aprovar o projeto do Exmo. Sr. Dr. José Manuel Mesquita e improceder o recurso apresentado e manter a sanção de "demissão", determinando-se a remessa dos autos à distribuição para elaboração do projeto de decisão nesse sentido a apresentar na próxima sessão do plenário.

19 - Foi deliberado por unanimidade ratificar o despacho do Exmo. Sr. Vice-Presidente deste Conselho de 15.06.2023, que determinou o alargamento do processo disciplinar em que é arguida



DELIBERAÇÕES TOMADAS NO PLENÁRIO DE 04-07-2023

Nota Informativa

a Exma. Sra. Juíza de Direito Dra. ---- atento os factos constantes da proposta do Exmo. Senhor Inspetor Judicial Juiz Desembargador Dr. Vítor Ribeiro.

20 - Foi deliberado por unanimidade renovar a nomeação do Exmo. Senhor Juiz Desembargador Dr. António Carlos Falcão de Beça Pereira, como Assessor do Tribunal de Recurso de Timor-Leste, em regime de cooperação, pelo prazo de um ano, nos termos do Protocolo de Cooperação celebrado entre o Ministério da Justiça Portuguesa e o Ministério da República de Timor-Leste, com efeitos a 01 de agosto de 2023.

21 - Foi deliberado por unanimidade aprovar e concordar com o Procedimento de Conservação e Apagamento de dados pessoais e a Tabela anexa com a fixação do prazo de conservação para cada respetivo tratamento de dados realizado pelas direções e serviços do CSM, apresentado pela Exma. Sra. Adjunta deste Conselho, Juíza de Direito Dra. Sofia Wengorovious, que aqui se dá por integralmente reproduzido.

22 - Foi deliberado por unanimidade aprovar a nova proposta de alteração do regime de organização e funcionamento do Conselho Superior da Magistratura, com a previsão da criação de uma Direção de Serviços da Proteção de Dados e a redefinição da direção de serviços de tecnologias de informação., que aqui se dá por integralmente reproduzido.

23 - Foi deliberado por unanimidade concordar com a indicação do Exmo. Senhor Assessor do Gabinete deste Conselho, Dr. César Alexandre Delgado de Melo, como Ponto de Contacto Focal responsável pela gestão da informação à disponibilização de Jurisprudência dos Tribunais Superiores.

24 - Foi deliberado por unanimidade concordar e aprovar as propostas apresentadas por Sua Excelência O Presidente deste Conselho Superior da Magistratura de despachos de recondução dos Assessores do GAVPM Dra. Mónica Isabel Fonseca Farinha de Lemos, Dra. Ana Rita Correia Branco Saldanha e Dr. César Alexandre Delgado de Melo, com efeitos a 4 de julho de 2023.



DELIBERAÇÕES TOMADAS NO PLENÁRIO DE 04-07-2023

Nota Informativa

25 - Foi deliberado por unanimidade nada ter a opor ao pedido de autorização para frequência de curso de doutoramento formulado pelo Exmo. Senhor Juiz Desembargador e Inspetor Judicial, Dr. João António Peres de Oliveira Coelho.

26 - Foi deliberado por unanimidade aprovar e concordar com a proposta de arquivamento do Exmo. Senhor Vogal Juiz Desembargador Dr. Filipe Carço atenta a exposição apresentada pela Dra. Alexandra Barbosa em representação do oficial de Justiça Rui Pedro Faial Caldas Pereira em que é visado o Exmo. Senhor Juiz Presidente da Comarca de Viana do Castelo, Dr. José Lino Saldanha Retroz Galvão Alvoeiro.

27 - Foi deliberado por unanimidade concordar com o projeto elaborado pela Exma. Senhora Dra. Rita Mota Soares de indeferir a impugnação administrativa interposta apresentada pelo Exmo. Sr. Pedro Artur Alves Rita, que aqui se dá por integralmente reproduzido.

28 - Foi deliberado por unanimidade concordar com o projeto elaborado pelo Exmo. Senhor Dr. Júlio Gantes de indeferir a impugnação administrativa interposta apresentada pelo Exmo. Sr. Dr. Abel Martins Rodrigues, que aqui se dá por integralmente reproduzido.

Os trabalhos da sessão plenária foram encerrados e designado o dia 12 de setembro de 2023, pelas 10,00 horas para a realização do Plenário Ordinário e o dia 26 de setembro de 2023, pelas 10 horas para a realização da Secção de Assuntos Inspetivos e Disciplinares do Conselho Permanente e as 11,30 horas para a realização da Secção de Acompanhamento e de Ligação aos Tribunais do Conselho Permanente.

*

Lisboa, 16 de novembro de 2023.

A Juíza-Secretária do Conselho Superior da Magistratura,

Ana Chambel Matias.